



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

25/03/2019 ATÉ 25/03/2019

INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG JAILSON MENDES.....	1
	1.2 BLOG MARAMAIS.....	2
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	3 4
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG CESAR BELO.....	5
4	PRECATÓRIOS	
	4.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	6
	4.2 SITE SINDJUS.....	7
5	SERVIDOR PÚBLICO	
	5.1 SITE MA 10.....	8

PRESIDENTE OTHELINO NETO QUER DIVULGAR AÇÕES DO TCE NA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA TV ASSEMBLEIA

março 24, 2019 Blog Cesar Bello Comentários

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado estadual Othelino Neto (PCdoB), fez uma visita de cortesia, na quinta-feira (21), ao presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Nonato Lago. Na ocasião, foram tratados, entre outros assuntos, a viabilidade de veiculação de um programa sobre as ações do TCE na grade da TV Assembleia.

Também participaram do encontro o conselheiro do TCE, Raimundo Oliveira Filho; o secretário de Administração, Ambrósio Guimarães Neto; o diretor de Administração da Alema, Antino Noletto; o diretor de Comunicação da Alema, Edwin Jinkings; e o procurador-geral da Alema, Tarcísio Araújo.

Othelino Neto destacou a satisfação em visitar a instituição, não somente na condição de presidente do Poder Legislativo, mas como servidor efetivo do Tribunal de Contas. Ele também frisou a futura parceria entre a Assembleia Legislativa e o TCE, para a divulgação das ações do órgão em um programa que será incluído na grade da TV Assembleia.

“Nós conversamos um pouco sobre o tribunal e os novos passos que vai dar. Tratamos da futura participação do Tribunal de Contas na grade da TV Assembleia, que será muito importante para levar as informações daquilo que o tribunal produz para o Maranhão e o Brasil. Para mim, não só na condição de presidente do Poder Legislativo, mas como servidor efetivo da Casa, é razão de grande alegria estar aqui e discutir parcerias com o Tribunal de Contas”, ressaltou Othelino.

Entre outras coisas, o diretor Edwin Jinkings informou que a parceria seguirá a linha harmônica já estabelecida também com outras instituições. “Participamos da reunião com o presidente do TCE e, entre outros assuntos, foi discutida uma parceria para a produção e veiculação de um programa do órgão na TV Assembleia. O termo de compromisso deverá ser assinado em breve, nos moldes dos programas do TJ e MP, que estrearam na atual gestão”, destacou.

Nonato Lago, presidente do TCE, agradeceu a visita de cortesia. “Uma visita de cortesia, que muito honra o Tribunal de Contas, até porque o visitante, além de exercer a função de presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, é um funcionário dos quadros do TCE”.

“Esse diálogo com o Poder Legislativo é muito salutar, uma vez que o Tribunal de Contas tem uma vinculação direta com esse poder. É uma satisfação para nós recebermos o presidente Othelino, duplamente, por ser presidente da Assembleia e funcionário do Tribunal de Contas”, ratificou o conselheiro Raimundo Oliveira Filho.

“Participamos da reunião com o presidente do TCE e, entre outros assuntos, foi discutida uma parceria para a produção e veiculação de um programa do órgão na TV Assembleia. O termo de compromisso deverá ser assinado em breve, nos moldes dos programas do TJ e MP, que estrearam na atual gestão”, destacou o diretor de Comunicação da Assembleia Legislativa do Maranhão, jornalista Edwin Jinkings.

Decisão de desembargador em favor de advogada que mandou matar o marido é uma vergonha

Desembargador José Bernardo colocou em liberdade Edna de Andrade, amante do prefeito de Cândido Mendes.

Decisão do Des. Bernardo Rodrigues em favor da amante do prefeito Mazinho Leito é uma vergonha em todos os sentidos; um tapa na cara da sociedade...

Acabou em pizza o desfecho do assassinato do ex-secretário de Saúde do município de Cândido Mendes, Rolmerson Robson, ocorrido em 21 de fevereiro de 2014. Além das investigações não terem encontrado indícios que incriminam o prefeito José Ribamar Leite Araújo, o Mazinho (PP), a autora intelectual do crime, segundo a polícia e o Ministério Público, já está em casa.

Isso mesmo, dias após ser presa, a advogada Edna Maria Cunha de Andrade, que mandou matar Rolmerson Robson - seu próprio marido - foi mandada para casa por meio de decisão do desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Após o Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida anunciar que se encontrava impedido, coube ao Bernardo Rodrigues a proeza de liberar a amante do prefeito Mazinho Leite. O magistrado justificou a liberação da detenta levando em consideração problemas de saúde da ex-procuradora de Cândido Mendes.

Diferente dos argumentos do Des. Bernardo Rodrigues, as investigações do caso "Rolmerson Robson" apuraram que Edna de Andrade planejou minuciosamente o assassinato do marido. Ela foi denunciada esta semana pelos promotores que integram o Núcleo de Investigação do Ministério Público do Maranhão, Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI) que investigaram o crime em conjunto com a Polícia Civil.

Edna pagou R\$ 150 mil e um carro pela morte do marido; recebeu R\$ 668 mil de um seguro de vida.

O Desembargador Bernardo não levou em consideração que a advogada mandou matar o marido porque ele descobriu que ela e o prefeito Mazinho Leite tinham um caso extraconjugal e, juntos, estavam roubando dinheiro público da prefeitura por meio de contratos fraudulentos.

O magistrado que mandou para casa a amante do prefeito de Cândido Mendes, também, não colocou na balança da justiça que Edna de Andrade pagou ao executor do próprio marido [Ney Moreira Costa, ex-funcionário da prefeitura] o valor de R\$ 150 mil e mais um carro para tirar a vida do companheiro.

Além disso, o togado integrante da 2ª Câmara Criminal do TJ-MA não considerou que com a morte do marido, a advogada recebeu mais de R\$ 668 mil de um seguro de vida de seu esposo, do qual era beneficiária.

Por fim, José Bernardo Silva Rodrigues, que teve acesso a íntegra do processo, certamente não percebeu que

momento exato do crime, Edna de Andrade se aproximou da vítima em atitude de carinho, deixando a cabeça de Rolmerson Robson ao alcance do executor para o primeiro tiro.

Portanto, a decisão do magistrado é uma vergonha à Justiça e ao povo maranhense!

Desembargador listou dez problemas de saúde para liberar amante de prefeito

Após a descoberta de um caso extraconjugal com o prefeito de Cândido Mendes, Edna de Andrade pagou R\$ 150 mil e um carro pela morte do marido e recebeu R\$ 668 mil de um seguro de vida do qual era beneficiária.

Apontada como amante do prefeito Mazinho Leite foi mandada para casa por decisão do Des. José Bernardo...

A emblemática decisão do desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, que tirou da cadeia e mandou para casa a advogada Edna Maria Cunha de Andrade, ex-procuradora do Município de Cândido Mendes, traz em seu bojo uma curiosidade.

O magistrado membro da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, justificou sua “canetada” alegando que Edna sofre por nada menos que dez problemas de saúde, fato esse que comprova seu estado delicado, segudo o togado.

“(...) sofre de 05 hérnias de disco na coluna cervical; tendinite de ombro esquerdo e direito; tenossinovite; síndrome tencional do pescoço com limitação total de movimento; incapacidade funcional e diminuição de força muscular; lerd/dort em quarto grau; hipertensão arterial e transtorno de estresse pôs traumático”, fundamenta o Des. Bernardo Rodrigues.

Na decisão, o desembargador ainda sustenta que a advogada – apontada pela Polícia e o Ministério Público como amante do prefeito Mazinho Leite – é réu primária, com endereço e profissão definidos. (...) inclusive, aposentada por invalidez permanente”, diz o magistrado.

Por fim, José Bernardo Silva Rodrigues pondera que o local onde Edna Maria estava presa é inapropriado para a detenta, dado seu estado de saúde. “(...) a unidade prisional não possui condições adequadas para o tratamento, realizando apenas atendimentos paliativos”, conclui.

Outra curiosidade nesse emblemático caso é o fato de as pessoas que conhecem a advogada nunca terem percebido qualquer problema de saúde de Edna...

Desembargador mantém decisão do TCE que reprovou contas do prefeito de São Bento, Luizinho Barros

25 de março de 2019 por Jailson Mendes | 0 comentários

O desembargador Kleber Carvalho indeferiu um recurso do prefeito de São Bento, Luizinho Barros, para suspender uma decisão do Tribunal de Contas do Estado, que reprovou as contas do gestor, referente ao exercício de 2009.

A decisão saiu no dia 19 deste mês e foi obtida com exclusividade pelo Blog do Jailson Mendes. Segundo a sentença, Luizinho Barros interpôs um agravo de instrumento na Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O prefeito apresentou pedido de reconsideração à Corte de Contas, mas o TCE manteve a decisão que desaprovou as contas sob o fundamento de que foi excedido o limite legal de 54% com gastos de pessoal e descumprimento do limite mínimo constitucional referente a recursos do FUNDEB, visto que, dos 60% previstos, aplicaram-se apenas 57,67% dos recursos.

Ao apresentar o recurso, Luizinho diz que o TCE deixou de analisar vários documentos que provariam sua inocência e que o órgão deveria julgar com ressalvas, mas que aprovasse as prestações, como fez em outros casos, segundo os advogados do prefeito. Além disso, ele queria barrar a tramitação do processo na Câmara de Vereadores.

Na decisão, o desembargador disse que não vê nas razões e argumentos argumentos suficientemente robustos para o provimento do recurso e falou sobre os motivos que levaram o TCE a dá a decisão, afirmando que foram escrituradas e caracterizadas as razões pelos quais o órgão julgou irregular as contas apresentadas por Luizinho e negou o recurso apresentado, mantendo a primeira decisão do TCE.

Processo na Câmara de Vereadores

O Tribunal de Contas já enviou o processo para que os vereadores do município julguem. Segundo as informações enviadas ao Blog do Jailson Mendes, a Comissão de Finanças deu um prazo de 60 dias, que iniciou após a volta do recesso, para que o prefeito apresente sua defesa.

A comissão é presidida pelo vereador Neto do Sindicato, o relato é o irmão dele, Mário Barros; e tem como membro o vereador Joãozinho de João de Sangue. O prazo termina no próximo dia 26 de abril. Esta já é a segunda vez que a comissão abre espaço para a defesa do prefeito.

Outro lado

O Blog do Jailson Mendes procurou desde ontem, via whatsapp, o prefeito Luizinho Barros para comentar sobre

a matéria, mas até agora não recebemos nenhum retorno. O blog fica a disposição para qualquer esclarecimento por parte do prefeito. A decisão do TJMA pode ser acessada pelo número 0802202-97.2019.8.10.0000.

Pedido novo afastamento do prefeito de Bom Jardim

O Ministério Público do Maranhão ajuizou na última quinta-feira, 21, mais um pedido de afastamento do prefeito de Bom Jardim, Francisco Alves de Araújo, do cargo. Desta vez, o requerimento teve como base uma Ação Civil Pública (ACP) por improbidade administrativa, proposta em novembro de 2017, devido a irregularidades em um processo seletivo para contratação temporária de 733 servidores municipais.

De acordo com depoimentos de candidatos inscritos e até de um vereador de Bom Jardim, o seletivo foi utilizado como meio para empregar pessoas indicadas pelo gestor e por aliados políticos.

Em apenas dois anos e três meses, o prefeito já foi alvo de cinco Ações Cíveis Públicas do MPMA. Em 2017, foi afastado por conta do seu envolvimento num esquema que ficou conhecido como a “Máfia dos Combustíveis”, por meio do qual o prefeito comprava apoio político abastecendo veículos particulares de seus aliados. Ele só retornou ao cargo por decisão do Tribunal de Justiça.

Em outras duas ações, a Promotoria de Justiça de Bom Jardim também requereu que Francisco Alves de Araújo fosse afastado. Ambas tratam da contratação ilegal de uma empresa para serviços de transporte escolar e aluguel de veículos.

Segundo o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira, além das irregularidades na própria realização do seletivo de 2017, durante as investigações foram identificados vários casos de funcionários que não desempenham suas funções na Prefeitura, mas são remunerados regularmente pelos cofres do município.

Ainda de acordo com o membro do Ministério Público, as contratações irregulares continuaram em 2018 e em 2019. Em depoimentos, dois vereadores de Bom Jardim - Adalvan Andrade e Antônio Gomes da Silva - relataram que o prefeito ofereceu a cada parlamentar que lhe apoia 40 vagas de emprego na Prefeitura.

Além disso, o ex-secretário de Saúde Silvano de Andrade declarou que o seletivo foi forjado, “pois não foi realizada nenhuma análise de currículos, e os contratados foram previamente escolhidos pelo prefeito”.

“MEDIDA IMPRESCINDÍVEL”

Para Fábio Santos de Oliveira, o afastamento do gestor é essencial para a garantia da ordem e a preservação do patrimônio público. “O afastamento do prefeito de Bom Jardim é medida imprescindível à instrução processual, visto que, conforme restou devidamente comprovado nos autos, ele pratica, reiteradamente, atos de improbidade que causam prejuízo ao erário”, argumentou.

OAB Maranhão organiza audiência pública para elaborar medidas de cumprimento do pagamento de precatórios por parte do Governo do Estado

No próximo dia 26 de março, a partir das 15h, a OAB Maranhão, com o objetivo de traçar uma linha de atuação para o pagamento dos precatórios pelo Governo do Estado, reunirá representantes de classes sindicais, associações e advogados que têm crédito a receber do Estado em uma audiência pública, em seu auditório.

A audiência reunirá representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus), do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Maranhão (Sindaftema), da Associação dos Delegados da Polícia Civil do Maranhão (Adepol), da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Maranhão (Asfetece), da Associação dos Servidores Públicos Militres do Maranhão (Assepmma) e da Associação dos Procuradores do Estado do Maranhão (Aspem).

O Governo do Estado não vem honrando com os pagamentos conforme determina a Emenda Constitucional 94/2016. No último dia, 21 de março, o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, conversou com as partes interessadas, com os principais credores de precatórios do estado, sobre o momento delicado que se vive em relação ao atraso considerável nos repasses dos valores dos pagamentos dos precatórios.

Uma das forças da frente em prol do pagamento do precatório é o advogado trabalhista João Igor Araújo, com diversas causas contra o Estado do Maranhão. “Essa audiência tratará de estratégias essenciais e dentro da viabilidade da OAB, que está previsto constitucionalmente, encaminharemos medidas no intuito de viabilizar esse pagamento que está em mora desde julho de 2018. O Estado não vem efetivando os repasses, e isso, já está numa situação que nos obriga a tomar uma atitude um pouco mais enérgica”, comentou.

O coordenador financeiro da Associação dos Servidores Público Militares do Maranhão (ASSEPMMA), Josemar Mendonça, esteve na reunião representando o quantitativo de 15 mil policiais e bombeiros do Maranhão. “Atendemos a esse convite da OAB para realizarmos uma discussão a respeito do pagamento dos precatórios, onde afeta diretamente mais de 15 mil militares. Temos urgência, e por isso a necessidade de dar andamento nesses processos, porque já temos mais de 5 a 6 anos parados. Por isso a necessidade de se criar uma força, ter uma coesão, para que a gente possa receber o nosso recurso”, explicou.

Com a audiência a OAB Maranhão pretende ouvir todas as partes envolvidas para pautar os encaminhamentos necessários no sentido de que seja atualizado o repasse dos precatórios devidos. Vale destacar que a responsabilidade de arrecadar o dinheiro para pagar os precatórios é do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A OAB Maranhão tem cobrado com insistência tanto à Corte de Justiça, quanto o Governo do Estado para que sejam tomadas as providências cabíveis para que o Governo do Estado pague os precatórios.

Oficiais de justiça falam no NHD sobre Semana de Valorização

O Tribunal de Justiça do Maranhão, a Corregedoria Geral de Justiça e a Escola Superior da Magistratura do Maranhão promovem desta segunda-feira (25) até a sexta-feira a Semana de Valorização do Oficial de Justiça, em comemoração ao Dia Nacional do Oficial de Justiça, celebrado nesta segunda, instituído por uma Lei Federal. Sobre o assunto, o jornal Na Hora D recebeu os oficiais de justiça Nonato Lima e Jaciara Monteiro.

Veja abaixo a reportagem exibida no Jornal da Difusora desta segunda-feira (25) sobre a abertura da Semana de Valorização:

vídeos em <https://youtu.be/GOSZAxUE-H0>

https://youtu.be/oodbT_NDrjM

OAB e credores de precatórios reúnem-se para tratar de atraso no pagamento pelo Governo do Estado

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Maranhão (OAB-MA), Thiago Diaz, recebeu (foto), na quinta-feira (21), representantes de classes sindicais, associações e advogados que têm crédito a receber do Estado para traçar linha de atuação para o pagamento dos precatórios pelo Governo do Estado.

O Governo do Estado não vem honrando com os pagamentos conforme determina a Emenda Constitucional 94/2016. “Hoje conversamos com as partes interessadas, com os principais credores de precatórios do estado, sobre o momento delicado que se vive em relação ao atraso considerável nos repasses dos valores dos pagamentos dos precatórios. Essa atitude do Governo do Estado atinge um número enorme de advogados, e, sobretudo, jurisdicionada à sociedade civil do Maranhão”, pontuou Thiago Diaz.

O presidente da OAB-MA também ressaltou que a reunião dessa quarta-feira (20/03) teve o propósito de estimular um diálogo entre os credores de precatórios e debater as iniciativas que devem ser tomadas nos próximos dias. “Precisamos tomar uma decisão em conjunto, dentre elas, a realização de uma audiência pública, já agendada e a elaboração de requerimentos e ações que tem ser feitas em comum acordo, de forma conjunta por todos nós”, reiterou.

Uma das forças da frente em prol do pagamento do precatório é o advogado trabalhista João Igor Araújo, com diversas causas contra o Estado do Maranhão. “A nossa reunião tratou de estratégias essenciais e dentro da viabilidade da OAB, que está previsto constitucionalmente, estamos encaminhando medidas em que a OAB possa tomar, no intuito de viabilizar esse pagamento que está em mora desde julho de 2018. O Estado não vem efetivando os repasses e isso já está numa situação que nos obriga a tomar uma atitude um pouco mais enérgica”, comentou.

O coordenador financeiro da Associação dos Servidores Públicos Militares do Maranhão (ASSEPMMA), Josemar Mendonça, esteve na reunião representando o quantitativo de 15 mil policiais e bombeiros do Maranhão. “Atendemos a esse convite da OAB para realizarmos uma discussão a respeito do pagamento dos precatórios, onde afeta diretamente mais de 15 mil militares. Temos urgência, e por isso a necessidade de dar andamento nesses processos, porque já temos mais de 5 a 6 anos parados. Por isso a necessidade de se criar uma força, ter uma coesão, para que a gente possa receber o nosso recurso”, explicou.

De imediato, a OAB/MA realizará uma audiência pública, no dia 26 de março, às 15h, em sua sede, para ouvir as demandas represadas da sociedade, por meio dos seus representantes legais, ou seja, os advogados que militam na causa. “Queremos ouvir todas as partes envolvidas para pautar os nossos encaminhamentos, mas já posso adiantar que faremos as cobranças e os encaminhamentos todos necessários no sentido de que seja atualizado o repasse dos precatórios devidos”, concluiu Thiago Diaz, ao encerrar a reunião.

Vale destacar que a responsabilidade de arrecadar o dinheiro para pagar os precatórios é do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A OAB Maranhão tem cobrado com insistência tanto à Corte de Justiça, quanto o Governo do Estado para que sejam tomadas as providências cabíveis para que o Governo do Estado pague os

precatórios.

Além do presidente da OAB/MA, estiveram presentes na reunião, a Secretária Geral da OAB/MA, Ananda Farias, e os representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Maranhão (Sindaftema), da Associação dos Delegados da Polícia Civil do Maranhão (Adepol), da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Maranhão (Asfetece), da Associação dos Servidores Públicos Militares do Maranhão (Assepmma) e da Associação dos Procuradores do Estado do Maranhão (Aspem).

Fonte: Portal OAB-MA